

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.980 - RN (2019/0252050-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE** : FRANCISCO NILTON PASCOAL DE FIGUEIREDO  
**ADVOGADOS** : MARIA IZABEL COSTA FERNANDES RÊGO - RN006109  
VICTOR DOS SANTOS MAIA MATOS - RN012628  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO  
NORTE  
**INTERES.** : RAIMUNDO FERNANDES FIGUEIREDO  
**ADVOGADO** : JOSEFA DANTAS DE PAIVA JALES - RN002030

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por FRANCISCO NILTON PASCOAL DE FIGUEIREDO, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de FRANCISCO NILTON PASCOAL DE FIGUEIREDO, não há perfeita identidade entre a petição de agravo em recurso especial transmitida por meio de fac-símile e a petição original.

A Lei n.º 9.800/99 estabelece que as partes poderão se utilizar de sistema para transmissão de dados e imagens tipo fac-símile ou similar, assim dispondo quanto à responsabilidade sobre o material transmitido:

Art. 4º Quem fizer uso de sistema de transmissão torna-se responsável pela qualidade e fidelidade do material transmitido, e por sua entrega ao órgão judiciário.

Parágrafo único. Sem prejuízo de outras sanções, o usuário do sistema será considerado litigante de má-fé se não houver perfeita concordância entre o original remetido pelo fac-símile e o original entregue em juízo.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Dessa forma, a parte é responsável pela qualidade, fidelidade e perfeita identidade do material transmitido, não podendo estar incompleto, ilegível ou alterado. Nesse sentido, os seguintes precedentes: AgInt nos EDcl no REsp 1684919/PR, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 23/03/2018); AgInt no AREsp 1028866/SE, Rel. Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, DJe de 29/08/2017; e EDcl no AgRg no AREsp 549.599/SC, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 23/09/2016).

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente